

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.418 - RS (2019/0292560-7)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DAVID LEAL DA SILVA E OUTROS
ADVOGADOS : DAVID LEAL DA SILVA - RS085835
RAÍZA FELTRIN HOFFMEISTER - RS088246
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : CRISTHOFFER NELTON SANTOS GUIMARAES (PRESO)
PACIENTE : FILIPE ALEXANDRE SILVA ARAUJO DE SA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de CRISTHOFFER NELTON SANTOS GUIMARAES e FILIPE ALEXANDRE SILVA ARAUJO DE SA em face do acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, assim ementado (fls. 101/102):

HABEAS CORPUS . LATROCÍNIO. REITERAÇÃO DE PEDIDOS PELOS MESMOS FUNDAMENTOS. IMPOSSIBILIDADE. PEDIDO DE DILIGÊNCIAS E REALIZAÇÃO DE PERÍCIA. DESCABIMENTO. PRESENÇA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE A AMPARAR A MANUTENÇÃO DA PRISÃO.

1. A reiteração de pedido de habeas corpus pelos mesmos fundamentos já deduzidos e analisados por este Colegiado é prática defesa e impossibilita o conhecimento da ação constitucional. Hipótese em que a alegação de nulidade da prova relativa à ausência de autorização judicial para a obtenção de senhas e extração de dados dos aparelhos telefônicos dos pacientes, a alegação de ilegalidade da prova por terem os dados preliminares sido obtidos pela equipe de investigação policial e não por peritos, a pretensão de declaração de quebra da cadeia de custódia, assim como a legalidade, a necessidade e a proporcionalidade da prisão já foram objeto de habeas corpus anteriormente impetrado, descabendo conhecer do writ no ponto.

2. Não tendo a defesa demonstrado minimamente que tenha havido efetiva exclusão de conversas e áudios de whatsapp do telefone de Johann por parte dos policiais, inviável reconhecer a nulidade.

3. Desnecessária a expedição de ofício à Secretaria da Segurança Pública para que informe acerca do registro dos acessos ao sistema de consultas integradas, relativas aos pacientes, dados esses que não possuem qualquer relevância prática para o deslinde do processo.

4. Quanto à pretensão de realização de perícia no telefone de Johann, a defesa não logrou demonstrar a sua imprescindibilidade, de molde a justificar o deferimento da produção da prova, cuja complexidade e o tempo que levaria para a sua finalização poderia prejudicar inclusive os próprios pacientes, que se encontram presos.

5. Muito embora tenha o corrêu Johann alterado a sua versão dos fatos para

Superior Tribunal de Justiça

eximir os corréus, tal questão deverá ser apreciada em conjunto com os demais elementos de prova e por ocasião da sentença, descabendo tal análise na via estreita do habeas corpus, valendo referir que para fins de segregação cautelar bastam os indícios de autoria e materialidade, presentes na espécie.
HABEAS CORPUS CONHECIDO EM PARTE. ORDEM DENEGADA.

Consta dos autos que os pacientes tiveram suas prisões preventivas decretadas no dia 8/11/2018 pela prática do crime descrito no art. 157, § 3º, inciso II, do Código Penal.

No presente feito, aponta a defesa a nulidade da prova obtida por acesso ao *Whatsapp* sem autorização judicial, postulando o desentranhamento da prova. Alega nulidade da prova pela quebra da cadeia de custódia, afirmando que o acesso aos dados se deu por parte de policiais que não são peritos.

Sustenta, ainda, a nulidade da prova por ausência de fundamentação da decisão proferida na medida cautelar sigilosa e pela devassa em aparelhos celulares de terceiros alheios às investigações.

Afirma, por fim, os impetrantes, em síntese, ausência dos requisitos ensejadores da prisão preventiva.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para revogar a prisão preventiva ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Na origem, o Processo n. 0042067-67.2018.8.21.0008 encontra-se na fase final da instrução, constando com último ato o deferimento do pedido de diligências em 28/8/2019, conforme informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 3/10/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, pois a pretensão deduzida, a decretação de nulidade das provas obtidas de forma ilícitas e o consequente desentranhamento, é claramente satisfativa, inviabilizando a suspensão dos efeitos do acórdão, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito, após a regular instrução do feito, assim garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Posto isso, não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos

termos do art. 312 do CPP.

Acerca dos requisitos da prisão preventiva, em consulta ao banco de dados do *site* desta Corte Superior, constatou-se que os fundamentos da custódia já foram analisados por ocasião do julgamento dos RHC n. 108.332/RS, conexo a este, interposto por pelo paciente, que foi improvido por decisão de 30/5/2019 (fls. 723/726), pelos seguintes fundamentos:

A decisão de prisão preventiva restou assim fundamentada (fl. 342):

[...].Nessas condições, consideram-se existentes indícios suficientes de autoria contra os representados na prática delitiva. A segregação é necessária para assegurar a ordem pública, abalada pela violência do ato cometido, a indicar serem os representados pessoas perigosas, sem controle sobre seus ímpetos e que devem ser contidas por meio da segregação cautelar. O fato ocorreu em via pública, de grande movimento na cidade, o que aponta ousadia no agir dos representados.

Outrossim, se observa que o representado JOHANN possui condenação pelo crime de roubo, sendo que nos autos há informações de que os representados JARDEL, FILIPE E CRISTHOFER esconderam-se no Estado de Santa Catarina, em momento inicial, o que também impõem a medida como forma de assegurar a instrução criminal e a aplicação da lei penal. Aliado a tais circunstâncias, se observa do exame inicial realizado nos celulares, com autorização judicial, que houve tentativa de combinação de versão entre os representados.

Ademais, devido à violência de que se reveste o fato em debate, entende-se que a livre circulação dos suspeitos certamente desestimulará a colaboração de pessoas que sabem sobre os acontecimentos e podem contribuir para sua elucidação.

Nessas condições, também não se considera que as medidas cautelares mais brandas, diversas da prisão, sejam suficientes para tutelar os bens jurídicos acima indicados.

DIANTE DO EXPOSTO, forte nos artigos 311 e 312 do Código de Processo Penal, e com a finalidade de garantir a ordem pública, a conveniência da instrução criminal, DECRETO a prisão preventiva de CRISTHOFER NELTON SANTOS GUIMARÃES, FILIPE ALEXANDRE SILVA ARAÚJO DE SÁ, JARDEL HENRIQUE MULLER e JOHANN PHILIPPSSEN COLAR.[...].

Como se vê, o decreto prisional tem fundamento na tentativa de fuga perpetrada pelos denunciados, pois foi consignado que esconderam-se no Estado de Santa Catarina, em momento inicial, além disso, foi destacado que houve tentativa de combinação de versão entre os representados, circunstâncias que apontam para o risco à instrução criminal e à aplicação da lei penal.

É pacífico o entendimento desta Corte Superior, que a fuga do distrito da culpa é fundamento válido à segregação cautelar, forte da assecuração da aplicação da lei penal. Confira-se: RHC n. 52.178/DF - 5ª T. - unânime - Rei. Min. Felix Fischer - DJe 2/12/2014; HC n. 289636/SP - 5ª T. - unânime - Rei. Min. Moura Ribeiro - DJe 23/5/2014; RHC n. 46439/PR - 5ª T. -

Superior Tribunal de Justiça

unânime - Rei. Min. Marco Aurélio Bellizze - DJe 2/5/2014; HC n. 261383/MG - 5ª T. - Rei. Min. Laurita Vaz - DJe 3/4/2014; HC n. 189212/MG - 6ª T. - unânime - Rei. Min. Marilza Maynard- Des. convocada do TJSE - DJe 12/12/2013. Em igual sentido a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, v.g. : HC n. 120794/MG - 1ª T. - Rei. Min. Luiz Fux - DJe 8/5/2014; HC n. 115045/SP- 1ª T. - Min. Rosa Weber-DJe 23/4/2013; HC n. 111691/SP - 2ª T. - unânime Rei. Min. Gilmar Mendes - DJe 20/11/2012; HC n. 112738/SP - 2ª T. - unânime - Rei. Min. Ricardo Lewandowski - DJe 21/11/2012.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS - 5ª T. - unânime - Rei. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) - DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL - 6ª T. - unânime - Rei. Min. Maria Thereza de Assis Moura - DJe 16/03/2015.

Deste modo, não restou constatada e comprovada ilegalidade no decreto de preventiva.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em habeas corpus.

Como foi demonstrado, o decreto prisional tem fundamento na tentativa de fuga perpetrada pelos denunciados, pois foi consignado que esconderam-se no estado de Santa Catarina, em momento inicial, além disso, foi destacado que houve tentativa de combinação de versão entre os representados, circunstâncias que apontam para o risco à instrução criminal e à aplicação da lei penal, não havendo manifesta ilegalidade.

Ante o exposto, indefiro o pedido liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator